

# COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 3.252, DE 2021

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

**Autores:** Deputados ACÁCIO FAVACHO E ALEX SANTANA

**Relator:** Deputado MERLONG SOLANO

### I - RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria dos Deputados ACÁCIO FAVACHO E ALEX SANTANA, altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal. O projeto altera ainda a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para prever que o licenciamento de estações dos serviços de radiodifusão da União possua prazo de validade indeterminado.

O projeto encontra-se em regime ordinário de tramitação (art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24 II, RICD), tendo sido distribuído às Comissões de Comunicação, Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Comunicação o projeto foi aprovado.



O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito. Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT define que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

O projeto sob análise promove impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita, devendo a tramitação da proposição subordinar-se aos ditames do art. 14 da LRF, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

O projeto se encontra apoiado em renúncia de receitas da União. Porém, o impacto esperado representa uma parcela insignificante em relação ao orçamento geral da União, não comprometendo a arrecadação



pública ou as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que encontra respaldo no art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, o PL nº 3.252, de 2021, pode ser considerado adequado sob a ótica da adequação orçamentária e financeira, desde que observe a cláusula de vigência de cinco anos a que se refere o art. 140 da LDO/2024.

Feitas essas considerações, somos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 3.252, de 2021, na forma do substitutivo em anexo.

Quanto ao mérito, tem-se que a justificação do PL se fundamenta na necessidade de garantir que os canais públicos-institucionais, como TV Câmara, TV Senado e TV Justiça, possam operar com maior eficiência econômica, permitindo a ampliação do acesso da população ao trabalho legislativo e jurisdicional. A isenção das taxas do Fistel e da CFRP é uma medida que atende ao interesse público e promove a democratização da informação, especialmente nas localidades menos assistidas.

As taxas do Fistel, que incluem a Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), possuem caráter arrecadatório voltado à fiscalização de emissoras comerciais e públicas de entes não estatais. Entretanto, quando aplicadas a órgãos da própria União, essas taxas perdem sua justificativa, uma vez que não se trata de uma relação fiscalizadora típica entre entes independentes. Do mesmo modo, a CFRP, concebida para fomentar a radiodifusão pública, revela-se incoerente quando cobrada de emissoras públicas federais, cujo propósito é exatamente o de ampliar o alcance da comunicação pública.

O impacto econômico das isenções propostas é mínimo frente ao custo operacional das atividades de fiscalização. Segundo os dados apresentados, apenas a Câmara dos Deputados teria um custo anual de aproximadamente quatro milhões e quinhentos mil reais com tais tributos, inviabilizando a manutenção das consignações e a ampliação do alcance da TV Câmara, especialmente no contexto do Programa Digitaliza Brasil. Este programa visa levar TV digital gratuita a 1.638 cidades com menos de 100 mil



habitantes, promovendo acesso direto e desintermediado às atividades legislativas e jurisdicionais.

Além disso, a proposta busca resolver questões práticas relacionadas ao prazo de validade das licenças de estações das emissoras públicas. Atualmente, essas licenças seguem os mesmos prazos de renovação aplicáveis às emissoras comerciais, o que não condiz com a natureza perene e institucional das funções desempenhadas pelos canais públicos-institucionais. A previsão de prazos indeterminados para essas licenças é, portanto, uma solução alinhada às especificidades das emissoras públicas e ao interesse público.

Apesar do mérito inequívoco da proposição, identificamos a necessidade de um substitutivo para incluir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) entre os beneficiários das isenções propostas. Trata-se de uma empresa pública que desempenha papel essencial na comunicação pública e é atualmente submetida às mesmas obrigações tributárias impostas aos órgãos já contemplados pelo PL. A inclusão da EBC é coerente com os objetivos do projeto, ampliando seu alcance e efetividade.

Portanto, a aprovação do Projeto de Lei nº 3252/2021, com a incorporação da Empresa Brasil de Comunicação no rol de beneficiários das isenções, apresenta inegável relevância ao propor isenções que fortalecem a radiodifusão pública e garantem maior eficiência econômica aos canais públicos-institucionais. As medidas propostas representam um avanço no acesso da população às atividades legislativas e jurisdicionais, especialmente em regiões menos assistidas.

## CONCLUSÃO

---

Diante do exposto, votamos:

- a) pela **compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 3.252, de 2021, na forma do substitutivo em anexo; e**



- b) no mérito, **manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.252, de 2021, na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado MERLONG SOLANO  
Relator

2024-18541



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.252, DE 2021

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estender isenção das taxas do Fistel e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública para a Empresa Brasil de Comunicação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. São isentos do pagamento das taxas do FISTEL a Agência Nacional de Telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros Militares, a Empresa Brasil de Comunicação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.”

**Art. 2º** O § 4º do art. 32 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 32 .....  
.....  
§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, os Corpos de Bombeiros Militares, a Empresa Brasil de Comunicação, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal. ....” (NR)

**Art. 3º** A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 32. ....

§ 1º Os representantes legais dos Poderes e órgãos da União poderão solicitar, a qualquer tempo, consignações para a execução dos serviços de radiodifusão.

§ 2º As consignações para a execução dos serviços de radiodifusão diretamente pela União dependem de viabilidade técnica e terão prazo de vigência indeterminado.” (NR)

“Art. 36. ....

§ 5º A licença para o funcionamento de estação dos serviços de radiodifusão executados diretamente pela União possui prazo de validade indeterminado, vinculado à vigência da consignação.” (NR)

“Art. 59. ....

§ 4º As sanções de multa, suspensão e cassação não se aplicam às consignações para a execução dos serviços de radiodifusão diretamente pela União.

§ 5º A não aplicação de sanção em desfavor da União não a exime do cumprimento das obrigações pertinentes previstas na legislação dos serviços de radiodifusão.” (NR)

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. As isenções de que tratam os arts. 1º e 2º terão vigência por cinco anos.

Sala da Comissão, em            de            de 2024.

Deputado MERLONG SOLANO  
Relator

2024-18541

